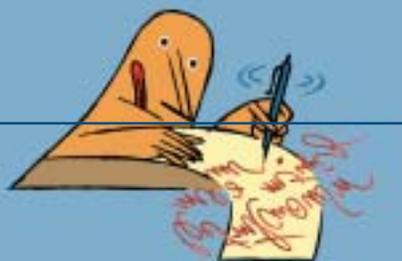


A situação dos agentes comunitários de saúde volta a ser abordada nesta edição. Dessa vez, em vez de falarmos sobre o processo de despreciação e regulação dos vínculos desses profissionais, trazemos uma entrevista com Julio Müller, representante da área de Recursos Humanos do Conass, sobre a polêmica em torno da formação técnica dos ACS.

Na matéria de capa, você vai ver a cobertura completa do I Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, evento que aconteceu junto com o Abrascão e que reuniu no Rio de Janeiro dezenas de pessoas de diversos países do mundo, unidos pela preocupação com a formação dos trabalhadores técnicos para a melhoria da saúde coletiva.

Do mais, você vai encontrar cinco páginas com muita notícia sobre o que anda acontecendo nas Escolas Técnicas do SUS de todo o país.

Cátia Guimarães
 Editora da Revista RET-SUS



Cumprimento toda a equipe da RET-SUS por fazer com maestria e habilidade esta Revista. Gostaria também de cumprimentar a leitora do município de Itaguaí (RJ) pela brilhante observação: “Como uma futura cientista social, procuro informação a todo instante”. Sou ACS formado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Piauí e estive no Distrito Federal participando da 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Lá, me cadastrei no stand da RET-SUS e já estou recebendo a Revista. Adorei a matéria de maio de 2006 que fala sobre a Conferência de Educação Profissional promovida pelo MEC. Só não consegui entender por que não aconteceram as etapas municipais, já que só conseguimos ser delegados nas estaduais se estas tiverem acontecido anteriormente. Aproveito para fazer um pedido: gostaria que vocês colocas-

sem na Revista enquetes sobre doenças tropicais e mais informações sobre o vínculo dos ACS e ACE e a despreciação do SUS, bem como informações sobre o Cartão Nacional do SUS.

Edson Carlos de Sousa Leal
 Dom Expedito Lopes - PI

Sou agente de Saúde do PSF e quero parabenizar a RET-SUS por este trabalho de informação que está nos trazendo sobre a situação dos ACS E ACE.

Benilda Lusquinho Moraes
 Açailândia - MA

Olá, esta Revista é de grande importância para sabermos o que está acontecendo no mundo do SUS. Desde de já parablenizo todos os colaboradores que de uma forma ou de outra a constroem.

Antenor de Oliveira Gomes
 Açailândia - MA

CAIU NA REDE É PEIXE!

caco



'A qualificação dos ACS é um do desenvolvimento social e

Seu nome é referência nas discussões sobre formação e gestão do trabalho em saúde no Brasil. Não por acaso, Julio Müller é hoje o representante da área de Recursos Humanos do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass), entidade que ele presidiu entre 1998 e 1999. Ex-secretário estadual de saúde de Mato Grosso, nesta entrevista ele fala sobre a formação técnica dos agentes comunitários de saúde e desmistifica algumas idéias, com a autoridade de quem também conhece as responsabilidades e limitações dos gestores municipais, pela sua experiência como secretário municipal de saúde de Cuiabá.

Na sua opinião, que tipo de formação os agentes comunitários de saúde precisam?

A lei federal Nº 10.507/02 criou a profissão 'Agente Comunitário da Saúde', que deixou de ser uma ocupação. Na atual legislação, não existe profissão de nível elementar, o mínimo exigido para uma formação é o nível técnico. Portanto, preconizar formação básica (elementar) para o ACS é descumprir a legislação. Por outro lado, é responsabilidade legal do Conselho Nacional de Educação definir as diretrizes curriculares nacionais.

Um dos argumentos lançados contra a formação técnica dos ACS é que, como técnico, esse

profissional perderia o vínculo com a comunidade. O que o sr. acha?

O argumento não se sustenta porque confunde o tipo de formação com seu conteúdo. Ao contrário, as competências estabelecidas nas diretrizes curriculares do curso técnico dos ACS objetivam formar excelentes profissionais que farão sempre o melhor para vincular a população à equipe de saúde e atuar na promoção, prevenção e proteção da saúde da população. A qualificação da atividade dos ACS é um imperativo do desenvolvimento social e cultural: 70 % dos atuais ACS no Brasil têm pelo menos o ensino médio completo. Além disso, a crescente complexidade da situação de saú-

de da população, como atestam os problemas decorrentes da violência e as doenças crônico-degenerativas, por exemplo, exigem novos conhecimentos, novas tecnologias e novas práticas que apenas uma sólida formação profissional técnica pode garantir. A primeira etapa da formação, com 400 horas-aula, realizada em vários estados brasileiros, demonstra claramente a qualificação do trabalho desse profissional e a melhoria no desempenho das suas atividades.

Outro argumento é que os ACS formados como técnicos solicitarão a promoção na carreira e o conseqüente aumento de salário. Como o sr. imagina que ficará o enquadramento na car-

imperativo cultural'

reira? Os municípios estão preparados para assumir essa responsabilidade financeira?

Aqui se confunde o processo de formação (que tem a ver com escola, currículo, aprovação pelo sistema de ensino, etc.) e o processo de inserção no trabalho (que tem a ver com salário, reivindicação, vínculo, greve etc.). Essas questões são trabalhadas em fóruns diferentes, com atores diferentes e exigem intensa negociação. Além disso, o fato de ter cursado o nível técnico ou superior não assegura necessariamente salários maiores. Para seguir essa lógica, deveríamos, então, suspender todo o processo de formação técnica vigente na área da saúde, pois a contínua formação de técnicos de enfermagem, técnicos de higiene dental e outros gera permanente pressão sobre o processo de vinculação e inserção no trabalho.

Quem deve formar os Agentes Comunitários de Saúde?

Têm havido questionamentos referentes ao papel das Escolas Técnicas do SUS na formação dos

agentes. A portaria Nº 2.474/04, do Ministério da Saúde, no seu artigo 7º, afirma: “*Terão prioridade na formulação e execução dos cursos de formação do Agente Comunitário de Saúde, as Escolas Técnicas do SUS, as Escolas de Saúde Pública, e os Centro Formadores vinculados aos gestores estaduais...*”. E ainda, no Parágrafo Único, diz “que a pactuação nos Pólos e na CIB poderá contemplar outras instituições formadoras, desde que legalmente reconhecidas e habilitadas para a formação no ensino técnico, quando, em seu âmbito regional, não houver instituições formadoras...”. Ou seja, em todos os momentos estão asseguradas instituições formadoras que são as escolas autorizadas pelo sistema de ensino. Portanto, secretarias municipais de saúde também poderão formar os ACS desde que tenham escolas devidamente habilitadas e legalizadas para isso. Trata-se de cursos de formação e não de meras capacitações isoladas. Em relação à formação técnica, deve-se ressaltar

o papel das Escolas Técnicas do SUS, ligadas, em sua maioria, às Secretarias Estaduais de Saúde. O êxito alcançado em relação ao Profae e ao curso de THD deve-se, em grande parte, ao trabalho dessas instituições. Portanto, não há que se questionar o papel coordenador das ETSUS. Elas são escolas públicas mantidas e financiadas pelo SUS, com docentes do SUS, voltadas para o fortalecimento do sistema público de saúde e com atuação descentralizada, atendendo as demandas pactuadas com os municípios e têm o trabalho e o serviço como foco da aprendizagem. Finalmente, devemos ressaltar que a formação por itinerário propiciada pelas ETSUS permitirá o aproveitamento futuro das 400 horas iniciais para que os alunos possam dar continuidade aos estudos. Na atual conjuntura, o enfraquecimento das ETSUS abre as portas para a privatização da formação técnica no SUS o que, com certeza, os gestores das três esferas não desejam.■



Educação Profissional e Saúde

Fórum Internacional discute problemas e alternativas

Prepare-se para visitar a saúde coletiva pela ótica da formação técnica. Ou, quem sabe, podemos fazer o contrário: olhar para a educação profissional buscando entender o contexto mais amplo da saúde coletiva. Complicado? Pois foi acreditando que a formação de técnicos pode ser uma política estratégica para melhorar os sistemas, as condições e os indicadores de saúde mundial que pesquisadores e gestores de 12 países encontraram-se no Rio de Janeiro, entre os dias 21 e 25 de agosto, para debater a situação atual da educação profissional em saúde nas Américas e na África, seus principais problemas e alternativas. E, mais do que isso, para discutir e consolidar caminhos de cooperação técnica nessa área.

Aqui você vai conhecer o 11º Congresso Mundial e o 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrascão) por meio do Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, evento pioneiro, que aconteceu em paralelo a esses dois velhos conhecidos aí de cima, e que representou um marco ao reservar espaço e visibilidade para a educação profissional em saúde num congresso do qual participaram mais de dez mil pessoas. Na próxima edição, você vai encontrar a cobertura de alguns dos outros principais momentos do Abrascão, aqueles que não trataram especificamente da formação de técnicos mas que interessam muito a quem lida com saúde e educação.

O Fórum Internacional de Educação de Técnicos foi organizado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV). São também promotores e apoiadores do evento a RET-SUS, a SGTES/MS, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Es-

tratégicos do Ministério da Saúde, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), a Abrasco, Fiocruz, a Unesco, e *World Federation of Public Health Association* (WFPHA).

Saúde e educação nas Américas: mudanças globais

Tal como nas outras mesas-redondas e painéis do Abrascão, boa parte das palestras do Fórum fez referência às questões macroeconômicas e ao contexto da globalização para falar da educação profissional em saúde. “Não temos medo da globalização, temos temor de um mercado absolutista que se sobrepõe a tudo”, avisou Miguel Márquez, um médico equatoriano que vive há muitos anos em Cuba — e que foi o entrevistado da Revista RET-SUS de março deste ano. Mas ele mesmo apontou a globalização neoliberal, nascida a partir da década de 80, como determinante de um novo momento em que, dentre outras coisas, passa-se a compreender saúde como mercadoria e não mais como direito, desresponsabiliza-se o Estado e privatizam-se os serviços. Ele destacou também impactos importantes sobre as relações de trabalho, como a flexibilização dos vínculos empregatícios, o desrespeito às leis trabalhistas e a associação do salário ao ‘rendimento profissional’.

Mas nem sempre foi assim. De acordo com Miguel Márquez, desde os anos 60 a atenção à saúde era reconhecida como uma função social, relacionada ao desenvolvimento econômico, social e cultural dos países. E isso gerou o que ele chamou de um novo ‘marco conceitual’ para a formação dos profissionais, tanto porque a saúde pas-

sou a ser compreendida como bem-estar social quanto porque ganhou importância a manutenção de uma força de trabalho produtiva e eficiente.

Quem também destacou o impacto dessas novas políticas na formação em saúde pública foi Oscar Feo, Secretário Executivo do Organismo Andino de Saúde. Logo no início da apresentação, ele ressaltou que o neoliberalismo é mais do que uma doutrina econômica. “É uma etapa do desenvolvimento do capitalismo e também uma ideologia: uma forma de entender o mundo, a sociedade, a economia e a produção e distribuição da riqueza social”, explicou. Segundo ele, nesse cenário, a saúde, por exemplo, passa a ser entendida como responsabilidade individual, que o sujeito resolve na família ou pagando por um serviço na iniciativa privada. Com isso, o papel do Estado passa a ser garantir o mínimo de assistência aos mais pobres.

Os números apresentados por ele refletem a exclusão que resulta desse processo: entre os 500 milhões de habitantes da América Latina e Caribe, segundo o palestrante, 50% vivem em condições de pobreza, 27% não têm acesso permanente aos serviços básicos de saúde, 152 milhões não têm água potável nem saneamento básico e 82 milhões de crianças não completam as cartelas de vacinação. Para quem ficou espantado, ele mostrou um dado mais geral: segundo o último relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), os países menos desenvolvidos têm 90% da carga total de doenças no mundo, mas só dispõem de 10% do gasto em saúde.

E a área da educação na saúde não poderia escapar às conseqüências

Coletiva no mundo globalizado

para os sistemas de saúde na África e nas Américas

dessas mudanças. Segundo Oscar Feo, também essa responsabilidade foi gradativamente transferida para o setor privado, que deixou de responder às demandas dos Sistemas Públicos de Saúde e se voltou para as necessidades individuais e de mercado. “O Estado abandonou a responsabilidade de formar seus técnicos”, disse. O resultado, de acordo com o convidado, são cursos excessivamente teóricos, portanto descontextualizados da realidade, e tecnicistas, “mais preocupados com o domínio da técnica do que com seu impacto”.

Desarticulação entre a teoria e a prática e entre as disciplinas clínicas e aquelas mais ‘sociais’, orientação acadêmica descolada dos problemas das maiorias, educação voltada mais para as especialidades do que para a atenção primária, falta de conhecimento sobre construção de currículos e ausência de capacitação pedagógica foram alguns dos principais problemas da formação em saúde apontados por Alcira Castillo, diretora da Escola de Saúde Pública da Universidade da Costa Rica.

Mas como concentrou sua fala na relação entre a formação e os determinantes sociais da saúde, Alcira destacou também o crescimento das desigualdades como um fator fundamental. “As desigualdades sociais e econômicas, tanto no interior dos países quanto entre eles, se ampliaram em relação ao nível de saúde e ao bem-estar das populações”, disse, completando que isso é resultado da carência financeira dos Estados e, em alguns países, de falta de vontade política.

As conseqüências: o caso da África

Os efeitos da desigualdade e da exclusão na África se traduzem em números

ainda piores do que os das Américas. Para falar das realidades e desafios da Educação Profissional em Saúde no fortalecimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), Evelize Fresta, do Ministério da Saúde de Angola, fez uma breve apresentação das características socio-econômicas do seu país. Dados de 2001 mostraram, por exemplo, uma taxa de mortalidade infantil de 150 por mil nascidos vivos — no mesmo ano, o índice do Brasil era 26,18 — e que apenas 45% dos nascimentos eram assistidos por profissionais de saúde formados. A expectativa de vida do país era de 40,1 anos em 2004 e, de acordo com dados de 2002, 450 mil pessoas estão infectadas com o vírus HIV. O mesmo número de habitantes vive abaixo da linha de pobreza, nas cidades. Para completar, só 30% da população têm acesso aos serviços de saúde.

Mesmo com todos esses problemas, o país tinha, em 2005, pouco mais de 65.500 trabalhadores de saúde — 82% de enfermeiros, 4% de médicos e 14% de técnicos de diagnóstico e terapêutica. Um cálculo proporcional mostra que, para alcançar a situação do Brasil hoje — que não é satisfatória porque ainda existe demanda de mais profissionais —, Angola teria que triplicar essa quantidade. Segundo Evelize, o orçamento total disponível



para formação, incluindo recursos internos e de cooperação internacional, não chega a US\$ 5 milhões, menos de R\$ 11 milhões.

Também falando sobre os Palop — que, juntos, têm uma população de 42 milhões de habitantes —, Akpa Gbary, coordenador de recursos humanos da Afro (escritório regional da OMS na África, equivalente à Opas nas Américas), disse que os recursos da saúde correspondem a uma faixa entre 4% e 8% do orçamento oficial desses países. O desequilíbrio na distribuição dos profissionais, a dificuldade de substituir aqueles que envelhecem e a alta migração desses trabalhadores para países europeus foram problemas apontados por ele. Faltam também medicamentos, equipamentos, material didático e professores. Os currículos não atendem às necessidades dos

sistemas de saúde. E, para completar, o crescimento que se vê na área de formação em saúde se dá na iniciativa privada.

Além de tudo isso, ele destacou como um obstáculo a fraca colaboração entre os Palop — um problema que a reativação da **Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde** (RETS) deverá minimizar.

Helder Martins, que hoje é assessor do Ministério da Saúde de Moçambique, mas já foi Ministro e personagem do movimento de independência do país, destacou a falta de informação como um problema central para a saúde na África. Segundo ele, muitos países do continente não levam em consideração, por exemplo, os determinantes sociais da saúde e da doença. Na sua opinião, esses sistemas de saúde têm também um caráter muito curativo, com pouco investimento nas ações de prevenção e promoção da saúde. Para o palestrante, esse é um retrato herdado das metrópoles coloniais.

Na formação em saúde a história não é muito diferente. Segundo ele, durante muitos anos os países africanos enviaram seus profissionais de saúde coletiva para estudar em outras partes do mundo, em escolas de prestígio. “Mas a experiência mostrou que a es-

magadora maioria desses quadros regressaram aos seus países de origem e foram engolidos pelo sistema de saúde retrógrado, não tendo sido capazes de transformá-lo”, explicou.

Caminhos de soluções

Angola tem investido em reformas do ensino técnico-profissional como uma das estratégias para a superação desse cenário. Segundo Evelize, os principais desafios para um novo sistema de formação em saúde no país são a redução e reestruturação da rede de escolas da saúde para que haja uma maior concentração dos recursos existentes; a elevação do nível de formação dos trabalhadores, tanto na habilitação profissional quanto na escolaridade; a definição do perfil docente, acompanhado por uma requalificação dos professores; a diminuição do número de alunos por turma; e a revisão e elaboração de novos currículos.

Outro caminho seguido para diminuir as dificuldades dos sistemas de saúde da África, apresentado por Helder Martins, foi a criação dos Centros de Desenvolvimento Sanitário (CDS), instituições que tinham os objetivos de fazer pesquisa, prestar consultoria aos Ministérios da Saúde que queriam implantar reformas e for-

mar profissionais de saúde para serem lideranças nesse processo. Os CDS foram instalados apenas em alguns países, embora devessem atender a todos que solicitassem — esse foi, segundo o palestrante, um dos problemas dessa iniciativa.

Voltando o mapa para a América Latina, depois de desenhar um cenário sombrio para as políticas sociais na globalização neoliberal, Oscar Feo também falou sobre como o seu país, a Venezuela, vem buscando um caminho para reverter esse quadro. Segundo ele, o país está tentando recuperar a idéia de que saúde e educação são direitos, que precisam ser gratuitos e universais. Um primeiro esforço, de acordo com o palestrante, é substituir o foco na doença pela visão integral da saúde e agir de forma intersetorial sobre os determinantes da saúde. Já no que se refere à educação dos trabalhadores dessa área, as estratégias são universalizar e democratizar a formação dos profissionais, tanto técnicos quanto de nível superior, retomando a responsabilidade do Estado sobre essas ações, o que significa, dentre outras coisas, eliminar qualquer tipo de cobrança e criar uma política de bolsas de estudo. Além disso, Oscar Feo disse que os venezuelanos estão apostando num novo modelo educacional,

A Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS) é uma estratégia de cooperação técnica entre países das Américas e da África na área de educação profissional em saúde. Criada em 1996, com a Secretaria Executiva na Escola de Saúde Pública da Costa Rica, a RETS foi desativada depois de cinco anos de funcionamento. Mas a primeira atividade do Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde foi exatamente uma oficina para sua reativação.

O encontro, que começou no dia 21 de agosto e foi concluído no dia 25, reuniu aproximadamente 70 pessoas, vindas da Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Paraguai,

Peru, Angola, Etiópia, Moçambique e Espanha, além da delegação nacional. Do Brasil, estiveram presentes diretores e coordenadores de algumas ETSUS e, como representação, as cinco Escolas que compõem a Comissão Geral de Coordenação da RET-SUS, além do diretor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, instituição que sediou o encontro e funcionará como Secretaria Executiva da RETS nos próximos anos.

A mesa de abertura da oficina foi composta por Mario Dal Poz, da Organização Mundial de Saúde; Charles Godue, da Organização Pan-americana de Saúde; Akpa Gbary, da Afro, Escritório Africano da OMS; Ena Galvão, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da

Saúde do Brasil; Silvina Málvarez, também da Opas; André Malhão, diretor da EPSJV; e Anamaria Corbo, coordenadora de cooperação internacional da mesma instituição. Antes da abertura oficial, os participantes foram convidados para um café da manhã, no qual receberam as boas vindas do presidente da Fiocruz, Paulo Buss, e de Horacio Toro, representante da Opas no Brasil.

Durante o encontro, foram discutidos o regulamento básico da RETS, e o plano de trabalho da RETS para os próximos dois anos, além das linhas gerais de um documento que deverá servir como referência para o trabalho do grupo. Também foram apresentadas propostas de uma revista impressa e de um site para a RETS.

que valorize a formação em serviço e busque tornar as pessoas mais críticas.

A diretora da Organização Pan-Americana de Saúde, Mirta Roses, que fez a conferência 'Perspectivas da Opas para uma Década de Recursos Humanos em Saúde', também apontou alguns desafios para essa área nas Américas. Definir políticas que adequem a força de trabalho às necessidades dos sistemas de saúde — o que requer o desenvolvimento de capacidade institucional — é um deles. Garantir uma distribuição mais equitativa dos trabalhadores de saúde, de acordo com as necessidades das populações e, ao mesmo tempo, controlar as frequentes migrações de profissionais entre países e regiões, são outros. Como parte da mesma solução, ela destacou também que é preciso criar ambientes de trabalho mais saudáveis. Além disso, defendeu que é necessário promover a integração entre as instituições de ensino e os serviços de saúde.

Como exemplo de uma iniciativa atual que coloca a formação e a gestão do trabalho em saúde no centro das atenções, a diretora da Opas citou a 'Chamada à Ação de Toronto', documento-síntese da VII Reunião Regional dos Observatórios de Recursos Humanos em Saúde, que aconteceu no ano passado. E uma das estratégias que a palestrante ressaltou no texto foi a criação de "alianças nacionais e internacionais para a

mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável dos sistemas de saúde e de seus recursos humanos" — lembrou da RET-SUS?

Aterrissando no Brasil

Qualquer semelhança de todas essas propostas com a experiência brasileira de 20 anos atrás não é mera coincidência: ao longo de todo o Congresso, o Brasil foi algumas vezes apontado como o país em que as idéias neoliberais menos afetaram as políticas de saúde.

Uma pequena parte dessa história foi apresentada na palestra de Ena Galvão, coordenadora de ações técnicas do Departamento de Gestão da Educação na Saúde, da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde do Brasil — o Secretário, Francisco Campos, também estava na mesa. Ela contou que um estudo realizado no final da década de 70 sobre a força de trabalho mostrou que havia aqui 300 mil trabalhadores empregados na saúde sem a formação necessária para o exercício da sua função. Para dar conta des-



se problema, foram criadas, no contexto do Projeto Larga Escala, as Escolas Técnicas do SUS, instituições públicas ligadas, em sua maioria, à gestão da saúde, que representam a tomada de decisão de que a formação desses trabalhadores era função do Estado. Mas ela lembrou que, quase 30 anos depois, em 1999, novos estudos mostraram a existência de 225 mil atendentes que atuavam sem qualificação só na área da enfermagem. Como resposta, surgiu o Projeto de Formação dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae) que atendeu às necessidades imediatas, mas também investiu no fortalecimento das ETSUS, confirmando que, no Brasil, a educação profissional em saúde é uma responsabilidade pública.

Mas o Fórum também mostrou que o êxito da experiência brasileira nessa área se deve também à construção de um campo de pesquisa e reflexão sobre educação profissional. Marise Ramos, pesquisadora da área de Trabalho e Educação e vice-diretora de ensino da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, falou sobre o trabalhador técnico como uma figura histórica e socialmente construída. Segundo ela, uma das origens dessa divisão em níveis é a dúvida do sistema capitalista sobre oferecer ou não educação para todos. Marise mostrou que a definição do técnico deve depender mais da sua inserção na divisão do trabalho do que do tipo de conhecimento de que ele dispõe. "Dividir o trabalho é necessário porque pessoas diferentes precisam fazer coisas diferentes. Mas isso não deve representar uma divisão ou hierarquia de conhecimentos. Porque, se fizermos isso na educação dos técnicos, corremos o risco de formar pessoas pela metade", defendeu. ■

O Fórum além das mesas e painéis

Tudo isso que você leu representa apenas uma parte do Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde. Porque muitas outras coisas aconteceram nos bastidores ou, pelo menos, fora dos holofotes principais.

Para começar, o evento contou com cerca de 70 pôsteres de profissionais de várias das 37 Escolas que compõem a RET-SUS. Foram realizadas ainda duas comunicações coordenadas, com discussão de experiências de formação de agentes comunitários de saúde



de e do Proformar (Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde), por exemplo.

Tudo isso sem contar o *stand* que expôs e distribuiu material sobre o próprio Fórum, a RETS e a RET-SUS.

Além de ser um sucesso de público, esse espaço ainda funcionou como um ponto de encontro dos 'militantes' da formação de técnicos, do Brasil e de outros países, que fizeram reuniões, deram entrevistas ou, simplesmente conheceram o trabalho um dos outros.

EFTS comemora dez anos com Semana Cultural

Para comemorar uma década de atividades, a Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (EFTS), na Bahia, organizou a Semana Cultural, que aconteceu entre os dias 7 e 11 de agosto. Algumas das atrações foram: o coral do Laboratório Central de Saúde Pública Professor Gonçalo Moniz (LACEN), a es-



cola de dança da Fundação Cultural, uma exposição de artes criadas pelos próprios funcionários e alunos da Escola e a exibição de filmes e peças de teatro encenadas pelos alunos. A palestra 'Excelência nas Relações Inter-pessoais para Saúde do Ser Integral', do consultor Kau Mascarenhas, fechou o evento.

Fhemig desenha nova missão institucional

A partir de uma parceria com a Escola de Enfermagem da UFMG, a Fhemig começou a adotar, no início deste ano, o Currículo Integrado Ensino-Serviço. O curso-piloto foi o Técnico em Enfermagem, que formou 108 alunos — que atuam nas unidades de saúde da Fhemig e nos hospitais do SUS no estado — já com a nova metodologia. No dia 9 de agosto, a Fundação iniciou a formação de mais 40 profissionais. “O modelo de currículo integrado é o ideal para o processo de educação permanente, já que a aprendizagem se dá no processo de trabalho, em que o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano”, ex-

plica a coordenadora pedagógica do curso, Patrícia Parreiras.

Junto com esse incremento metodológico, a Fhemig também redefiniu sua missão. A Escola, que integra a Fundação que administra a maior rede de hospitais públicos da América do Sul, reconhece agora como seu principal objetivo “fomentar e desenvolver processos educacionais e de pesquisa que viabilizem a formação profissional em níveis de complexidade secundária e terciária em saúde, por meio de programas de Educação Permanente para os profissionais da Fhemig e do Sistema Único de Saúde”.

Unimontes realiza cursos de saúde mental

A Unimontes está investindo na saúde mental. Desde a implantação do Núcleo Macrorregional de Formação em Saúde Mental e Produção de Conhecimento, instituído a partir de convênio com o Ministério da Saúde, a Escola formou turmas dos cursos de Atualização em Álcool e Outras Drogas, de Atualização em Saúde Mental e de Atualização em Saú-

de Mental para Agentes Comunitários de Saúde. Atualmente, a Unimontes oferece o curso de Acompanhamento Terapêutico nas Psicosses e sua Prática nas Instituições, que termina dia 25 de novembro. Além dos profissionais de saúde mental, também participam desse curso graduandos das ciências humanas e da saúde.

Manutenção de Equipamentos na Fhemig

O engenheiro clínico da Fhemig, Rômulo Martini, deu a aula inaugural do Curso de Capacitação em Manutenção de Equipamentos Médico-Hospitalares, no dia 10 de agosto. Martini alertou os alunos para a importância de cuidar e fazer a manutenção e o acondicionamento dos equipamentos dos serviços de terapia intensiva, da urgência e do bloco cirúrgico. No curso, os profissionais serão capacitados para operar monitores multiparamétricos, equipamentos de ventilação, aparelho de anestesia e sistema de arquivamento e distribuição de imagens.

ETSUS Tocantins ganha estação da BVS

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins ganhou, no dia 19 de setembro, uma Estação Biblioteca Virtual em Saúde (Estação BVS). A instalação de uma Estação na Escola é um ato simbólico para incentivar alunos e professores a usufruírem do acesso livre e gratuito a informações técnico-científicas de saúde geradas por instituições do Sistema Único de Saúde (SUS) e a trabalhos acadêmicos disponibilizados na BVS Brasil.

A Estação BVS é uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com o Bireme/Opas e conta com participação das secretarias estaduais de saúde. “O usuário pode navegar por mais de 13 milhões de referências em saúde pública, disponíveis na BVS Brasil. É a democratização da informação”, diz o bibliotecário Sidney Cabral, da ETSUS/TO.

II EXPOESP debate conhecimento e controle social

A II EXPOESP, realizada de 24 a 26 de julho, teve como tema 'ESP na Construção do Conhecimento e do Controle Social'. No encontro, houve uma retrospectiva da trajetória, das ações e das atividades executadas pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) ao longo dos seus 13 anos de existência. "O evento criou um espaço de ampla discussão para interessados na reflexão e na busca de estratégias para o enfrentamento dos grandes desafios teóricos e práticos do SUS.



Simultaneamente, deu a oportunidade de aprofundar temas fundamentais à formação de estudantes e profissionais no âmbito da Saúde Pública", diz Ana Maria Cavalcanti e Silva, superintendente da ESP-CE.

Comunicação em Saúde, Vigilância Sanitária, Saúde Bucal, Violência, Responsabilidade Social e Saúde Indígena foram alguns dos temas problematizados em mesas-redondas, painéis, oficinas e cursos. Para aprofundar os debates, a ESP-CE convidou gestores, profissionais de saúde e renomados docentes de instituições internacionais e nacionais. Paulo Buss, presidente da Fundação

Oswaldo Cruz (Fiocruz), e Francisco Eduardo Campos, Secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, falaram sobre a formação na área de saúde. Marcelo D'augustinho e Richard Van Der West, da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), abordaram o tema 'A Vigilância Sanitária

nas Trilhas do Direito Social' e Zuleika Portela, da OPAS Brasil, dividiu a mesa com Ana Cecília Sucupira, do Ministério da Saúde, para discutir os rumos da moni-

torização do crescimento infantil.

De Angola, na África, o Unicef enviou seu Oficial de Comunicação, José Paulo de Araújo, que participou do painel 'Quem não se comunica não se explica', ao lado do comunicador Carlos Wilson de Andrade Filho (OPAS) e de Cláudia Gontijo, da Funasa de Minas Gerais. A programação da II EXPOESP também incluiu a III Mostra Saúde da Família do Ceará, a II Mostra em Vigilância Sanitária do Ceará, o IV Fórum e II Mostra de Residência Médica do Ceará, o I Fórum de Responsabilidade Social e a I Mostra de Arte e Cultura em Saúde Pública.

ESP-MG avalia material pedagógico do ACS

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) reuniu seus professores para a primeira oficina de avaliação do Guia Curricular da Formação Inicial de Agentes Comunitários de Saúde. Sob a coordenação de Patrícia Parreiras e com base no Pacto pela Saúde de 2006, os docentes apresentaram sugestões para melhorar ainda mais o material pedagógico, que já estão sendo incorporadas na revisão do material pedagógico utilizado no curso de ACS.

A Escola já formou mais de 2 mil ACS em 165 municípios de Minas Gerais, somente este ano. Em 2005, foram cerca de 3 mil profissionais formados.

Nova turma de THD em Tocantins

A ETSUS Tocantins formou, no dia 26 de setembro, mais 51 alunos das turmas descentralizadas do Curso Técnico em Higiene Dental (THD). A formatura aconteceu na Associação Tocantinense dos Municípios (ATM), com a presença de Ena Galvão, coordenadora de ações técnicas do Deges/SGTES/MS, Renato Fonteles, técnico do Deges, e de representantes do Conselho Regional de Odontologia (CRO). Os novos THD vão atuar nos municípios de Abreulândia, Aparecida do Rio Negro, Araraias, Bom Jesus do Tocantins, Buriti, Centenário, Dois Irmãos, Fortaleza do Tabocão, Fátima, Guaraí, Ipueiras, Itacajá, Lageado, Lagoa da Confusão, Marianópolis, Palmas, Presidente Kennedy e Recursolândia.

ETESPPE promove Fórum de Educação Profissional

A ETESPPE reuniu, no dia 4 de setembro, cerca de 300 pessoas representando mais de 100 instituições para debater a formação de técnicos. Foi o I Fórum de Educação Profissional da Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco, evento pioneiro que discutiu os



desafios e perspectivas para essa área e buscou fortalecer parcerias entre as instituições participantes. “Saúde e educação geralmente são tratadas de formas distintas. Nesse fórum, buscamos unir as duas áreas para tratar os assuntos de forma completa”, explica Ângela Salvi, coordenadora de ensino da ETESPPE.

Gaudêncio Frigotto, doutor em Ciências Humanas e Educação pela PUC-SP, professor titular visitan-

te do Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ e um dos maiores pesquisadores da

área de Trabalho e Educação no Brasil, foi um dos palestrantes e falou sobre o tema ‘Formação Profissional no Contexto do Pro-

cesso em Saúde’. A outra convidada foi Ena Galvão, coordenadora de ações técnicas do Deges/SGTES/MS, que abordou o tema ‘Articulação, ensino e serviço’.

O sucesso do Fórum rendeu novos frutos. A ETESPPE está preparando um outro grande evento para dezembro deste ano, com palestras sobre educação profissional em saúde e exposição de trabalhos de alunos dos cursos da Escola.

Novos cursos na ESTSUS Goiás

Os 5 mil alunos do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde - Formação Inicial lotaram o auditório da Escola de Saúde Pública de Goiás para sua aula inaugural, no dia 2 de agosto. No segundo semestre deste ano, a ETSUS começou a formar cerca de 3 mil ACS de 99 municípios de Goiás. E, no ano que vem, mais 2 mil agentes comunitários de saúde de 104 cidades receberão a formação técnica.

Em agosto, a Escola graduou mais três turmas de capacitação pedagógica de docentes do curso Técnico Agente Comunitário de Saúde, envolvendo profissionais de saúde de vários municípios do estado. Em setembro, começaram as aulas das duas turmas do Curso de Capacitação para Cuidador de Idosos, que terminam no dia 11 de outubro.

Fhemig é parceira do Proep

A Fhemig, que funciona nas dependências do Instituto Raul Soares, já se prepara para gerenciar os recursos que receberá do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) para construir sua nova sede. A Fundação sediou o treinamento do Sistema de Administração Financeira e Prestação de Contas (Afinnet), que será implantado nas escolas de Minas Gerais conveniadas ao Proep. Os 20 conveniados receberam orientações dos consultores do Ministério da Educação e Cultura de como utilizar o Afinnet para lançar os dados do convênio e prestar contas dos gastos.

ETSUS Rio Grande do Norte marca presença em videoconferência

Lêda Hansen, do Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa, do Rio Grande do Norte, participou de uma videoconferência promovida pelo Departamento de Informação e Informática do SUS (DATASUS), órgão do Ministério da Saúde. A videoconferência fez parte de um ciclo de palestras sobre capacitação do SUS e contou com convidados de Brasília, Natal, São Paulo e Rio de Janeiro. Os participantes, entre eles Ana Estela

Haddad, Diretora do Deges/SGTES/MS, Luiz Carlos Affonso, coordenador do EAD/DATASUS, Janine Shirmer, consultora técnica da saúde da mulher, e Lúcia de Fátima Masson, gerente de recursos humanos da Anvisa, tiveram suas falas transmitidas em tempo real para todos os estados do Brasil. Em sua apresentação, Lêda abordou questões sobre a formação e o papel do trabalhador de nível médio do SUS, o processo de trabalho em saúde no SUS e a função das ETSUS e da RET-SUS.

ETIS faz avaliação do Curso Técnico de ACS e aula inaugural do THD

A Escola Técnica Enfermeira Izabel dos Santos, do Rio de Janeiro, realizou em julho, o I Seminário de Avaliação das turmas de Técnico em Agente Comunitário de Saúde. “A avaliação é tão importante quanto a construção porque é a partir dela que recuperamos e melhoramos os processos pedagógicos”, afirmou Neuza Moisés, subsecretária de saúde do Estado do Rio de Janeiro, que participou da mesa de abertura. Também compuseram a mesa, Maria Regina, diretora pedagógica da Escola, Eula Mirtes, coordenadora geral do curso técnico em ACS, Rosângela Vieira, representante dos alunos da ETIS, Euzir Adriana Rodrigues, do Ministério da Saúde (representando Ena Galvão), e Sonia Maria Alves, diretora da ETIS.

De maneira lúdica, os alunos falaram sobre a importância da formação para o trabalho em suas comunidades. O Melô do ACS, cantado na abertura do evento, é uma versão para a letra da música ‘Como vai você’, composição de Antônio Marcos e Mario Marcos. A peça ‘Super ACS’, apresentada pelos alunos da Área Programática 3.1 do estado, falou sobre o mapeamento das comunidades. Também foram apresentadas dramatizações sobre visita domiciliar e os limites e possibilidades encontradas no trabalho do ACS.

A questão da educação nas comunidades e sua importância para uma saúde pública melhor foi o tema da apresentação de Wagner, ACS da Comunidade de Batã, na zona oeste do Rio de Janeiro, que tem apenas uma escola do primeiro ciclo. “Além

das visitas domiciliares, damos reforço escolar para as crianças da comunidade. Depois da aula, elas recebem orientações sobre saúde e pedimos para que cada uma pesquise sobre algum tema da saúde e leve o resultado na aula seguinte”, conta Wagner, um dos ACS que atuam como professores do projeto.

Euzir Adriana, do Ministério da Saúde, ficou feliz com os resultados alcançados pela ETIS. “Mesmo não tendo acompanhado o curso, eu pude perceber neste seminário que todo o conteúdo da aula foi assimilado pelos ACS, que estão aplicando em suas comunidades os conhecimentos adquiridos no curso. Esse é o nosso objetivo”, disse.

Em cinco meses de trabalho, a Escola formou mais de mil alunos, moradores de 29 municípios do Rio de Janeiro. “Queremos capacitar os cerca de 12 mil ACS de todo o estado. Ainda este ano, abriremos mais dois lotes de turmas de agentes”, afirmou Sonia Maria Alves.

No mesmo mês, a ETIS promoveu o evento ‘Implantação do Programa de Formação Profissional do Programa de Saúde Bucal’ para marcar a extensão do Curso Técnico em Higiene Dental (THD) para todo o estado do Rio de Janeiro. A primeira turma foi formada em 2004, como parte de um projeto-piloto do curso. “Estamos criando novos cursos de THD porque este também é um profissional muito importante para o Programa de Atenção à Saúde, dentro do PSF. Não podemos mais trabalhar saúde de forma fragmentada”, disse Sonia Alves, diretora da ETIS.

ETSUS Goiás inaugura Biblioteca Ena Galvão



Ena Galvão aponta placa com seu nome

A coordenadora geral das ações técnicas do Deges/SGTES/MS, Ena Galvão, foi homenageada pelo Centro de Educação Profissional de Saúde do Estado de Goiás (CEP-SAÚDE), no último dia 2 de agosto. A professora emprestou seu nome à biblioteca da Escola e fez questão de ser a primeira a assinar o livro de registro dos visitantes. Com mais de 2 mil itens, entre livros, periódicos, fitas de vídeo e teses, a Biblioteca Ena Galvão também tem acesso à Internet. Dessa forma, os alunos poderão consultar, por exemplo, as BVS e a Rede de Bibliotecas e Unidades de Informação Cooperantes da Saúde – Brasil (Biblius).

Colação de grau no Cefope

O Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Doutor Manoel da Costa Souza (Cefope), do Rio Grande do Norte, realizou, no dia 31 de julho, a colação de grau dos Técnicos em Higiene Dental (THD) e Auxiliares de Consultório Dentário (ACD), formados pela Escola, no primeiro semestre do ano de 2006.

ETESPPE abre nova turma de técnico de higiene dental

A Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco (ETESPPE) abriu mais uma turma do Curso Técnico de Higiene Dental. As aulas, que começaram no dia 10 de julho, acontecem na Faculdade de Odontologia de Pernambuco (FOP/PE). O curso conta com o apoio do Ministério da Saúde e da Faculdade de Odontologia de Caruaru (FOC/ASCES) e vai formar 80 Técnicos em Higiene Dental (THD) para atuar na atenção básica, atendendo à demanda de 30 municípios das Regionais de Saúde de Recife e Caruaru. A maioria dos alunos desse curso é proveniente do Curso de Auxiliar de Consultório Dentário e, por isso, só precisa cumprir mais 1200 horas de aulas, que incluem concentração, dispersão e trabalho de conclusão.

ACS e AIS de Pernambuco recebem certificados

No dia 27 de julho, durante o 2º Encontro Regional de Saúde, realizado no Sesc Caruaru, em Pernambuco, 32 alunos do Curso de Formação de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) receberam o certificado de conclusão, representando mais de 2 mil técnicos formados pela Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco (ETESPPE). Os novos ACS vão atuar em municípios que fazem parte da IV Geres, como Agrestina, Bezerros, Cupira, entre outros. No dia 12 de setembro, mais 726 profissionais de Petrolina receberam o certificado do curso.

Mas a ETESPPE também está atenta às necessidades das populações indígenas. Só este ano, a Escola formou quase 650 Agentes Indígenas de Saúde (AIS) no estado.

Educação Profissional em Saúde vira tema de livro

A formação de alunos e professores do ensino técnico em saúde deve ser atrelada às relações sociais. É o que defendem as pesquisadoras Isabel Brasil Pereira e Marise Nogueira Ramos no livro *Educação Profissional em Saúde*, da coleção Temas em Saúde, lançado pela Editora Fiocruz durante o Abrascão. “Defendemos um projeto mais organizado de educação profissional em saúde, consolidado nas instituições de ensino, como, por exemplo, o que é feito pelas Escolas Técnicas do SUS”, explica Isabel.

Com a experiência de mais de dez anos de ensino e pesquisa nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde, as pesquisadoras Isabel e Marise fazem um estudo crítico das contradições das políticas da educação técnica em saúde e dos currículos da pedagogia das competências. “Tendo como pano de fundo a historicidade, os leitores poderão refletir sobre algumas questões presentes na educação, como a de que a técnica ensinada aos profissionais de saúde deve ser compreendida como parte de um processo social”, diz Isabel. Os leitores vão conhecer também a história da educação profissional em saúde

de no Brasil, recheada de casos e personagens interessantes.

Para as autoras, a educação profissional ainda tem muitas deficiências, tanto na quantidade de oferta de cursos quanto na qualidade da formação, que frequentemente é focada apenas na reprodução mecânica dos procedimentos de trabalho. “Desse

modo, perdemos o potencial que uma formação ampla e qualificada teria de influir de maneira construtiva nas relações de trabalho e no atendimento à população, assim como na capacidade de pensar o cotidiano mais imediato, mas também o próprio sistema de saúde e o país no qual vivemos e trabalhamos”, afirma Isabel.

A obra ajuda a entender o cenário no qual essas políticas públicas foram criadas e lembra que a saúde não é uma mercadoria, nem um privilégio daqueles que podem pagar por bons planos de saúde, uma realidade no sistema capitalista do nosso país. “Chamamos a atenção para projetos e instituições que fazem um trabalho contra-hegemônico de formação dos trabalhadores da saúde, com ênfase nas particularidades das relações de trabalho e educação na conformação do Estado brasileiro”, conta a autora.

